## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

## PROJETO DE LEI Nº 3.082, DE 2023

Altera a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade da autorização do Congresso Nacional para acordos ou outros celebração de tratados. instrumentos que estabeleçam o compartilhamento de informações ou documentos de inteligência produzidos ou obtidos pelo Sistema Brasileiro de Inteligência com outros países.

**Autor:** Deputado NICOLETTI

**Relator:** Deputado CARLOS ZARATTINI

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.082, de 2023, de autoria do nobre Deputado Nicoletti, visa a alterar a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade da autorização do Congresso Nacional para a celebração de tratados, acordos ou outros instrumentos que estabeleçam o compartilhamento de informações ou documentos de inteligência produzidos ou obtidos pelo Sistema Brasileiro de Inteligência com outros países.

Em sua sucinta justificação, o Autor afirma que "as atividades de inteligência são fundamentais para a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a garantia da manutenção dos interesses nacionais. Porém, temos observado iniciativas de representantes do Governo Federal em firmar parcerias com outros países, incluindo ditaduras que, reconhecidamente, violam direitos e garantias fundamentais de sua própria população, o que representa um completo absurdo e um risco para a segurança nacional."

> Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 808 - CEP 70160-900 - Brasília - DF - Tels.: (61) 3215-5808/3215-3808 dep.carloszarattini@camara.leg.br | dep.zarattini@uol.com.br



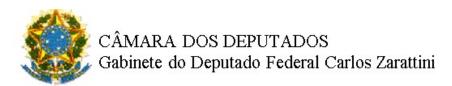












A proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões no regime de tramitação ordinário.

Em 07 de agosto de 2023, o PL foi recebido pela CREDN e, em 16 do mesmo mês, fui designado Relator, função que ora desempenho com orgulho.

Encerrado o prazo para emendas, nenhuma foi apresentada.

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

É da alçada desta Comissão Permanente a análise de matérias relativas a tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa; e as atividades de informação e contra-informação (inteligência e contrainteligência), nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XV, alíneas "c" e "f").

Inicialmente, deixamos claro que somos favoráveis a rejeição da matéria em apreço, por razões técnicas e constitucionais que explanarei a seguir.

O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) desempenha um papel fundamental na segurança nacional e na proteção dos interesses do Brasil. Sua importância está claramente delineada na legislação brasileira, principalmente na Lei nº 9.883/1999, que estabelece as diretrizes para o Sistema. O SISBIN é crucial para a coleta, análise e disseminação de informações estratégicas que auxiliam na tomada de decisões do governo em questões de segurança, defesa, política externa e economia.

Através do SISBIN, as agências de inteligência do Brasil coordenam esforços e compartilham informações, promovendo a integração e a eficiência na proteção do país contra ameaças internas e externas. Além disso, a Lei nº 9.883/1999 estabelece princípios de legalidade, legitimidade, transparência e respeito aos direitos



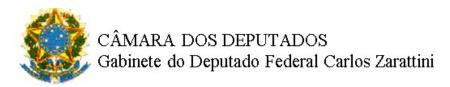












fundamentais como diretrizes para as atividades de inteligência, garantindo que o Sistema opere de maneira **ética** e **dentro dos limites legais**.

A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade no país, estabelece que a mesma deve atuar tanto no ambiente interno quanto no externo. No ambiente interno, a política visa a coleta, análise e disseminação de informações para auxiliar na proteção dos interesses do Estado e na tomada de decisões governamentais, abrangendo questões de segurança, defesa, política interna e economia. No ambiente externo, a PNI busca monitorar e avaliar eventos e desenvolvimentos em outros países que possam afetar os interesses nacionais do Brasil, contribuindo para a formulação de políticas de relações internacionais e de segurança.

A PNI reconhece a importância de atuar tanto no ambiente interno quanto no externo, a fim de proteger os interesses do Estado brasileiro e tomar decisões informadas em assuntos nacionais e internacionais.

Os acordos, tratados e outros instrumentos internacionais que estabelecem o compartilhamento de informações desempenham um papel crucial na consecução dos objetivos da PNI. A importância desses acordos reside em aspectos como: a cooperação Internacional, pois o compartilhamento de informações fortalece a cooperação entre os países, permitindo o acesso a dados e conhecimentos que podem ser essenciais para a segurança nacional do Brasil; o combate a ameaças transnacionais, porque muitas ameaças à segurança, como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado são transnacionais e o intercâmbio de informações permite combater essas ameaças de forma mais eficaz; a tomada de decisões Informadas, uma vez que o acesso a informações de fontes estrangeiras pode fornecer informações valiosas que ajudam na formulação de políticas e tomada de decisões informadas no âmbito nacional; e a Inteligência Estratégica, pois o compartilhamento de informações internacionais pode enriquecer a inteligência estratégica do Brasil, permitindo uma compreensão mais completa do ambiente global e regional.





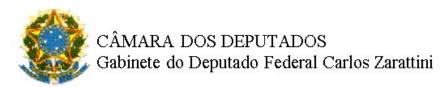








Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 808 - CEP 70160-900 - Brasília - DF - Tels.: (61) 3215-5808/3215-3808 dep.carloszarattini@camara.leq.br | dep.zarattini@col.com.br



Observa-se que a Inteligência é uma atividade especializada, de Estado, sendo exercida orientada por normas específicas que garantem o profissionalismo das suas ações, realizada por servidores do mais alto grau de confiança e capacidade técnica, dotados do material adequado. Essas características, no âmbito dos ajustes internacionais de compartilhamento de informações, garantem confiança e credibilidade, proteção dos interesses comuns, eficiência operacional e respeito aos Direitos e normas.

Dessa forma, não seria viável que todos os tratados, convênio e acordos internacionais que tratem sobre compartilhamento de informações, sem encargos ou compromissos gravosos, fossem autorizados pelo Congresso Nacional, pois esse não possui a estrutura necessária para analisar previa e oportunamente o conteúdo desses ajustes. Cabe ressaltar que hoje existem dezenas de tratados internacionais aguardando aprovação do Parlamento.

Devido ao rigor ético exigido do profissional de inteligência não vislumbramos a troca de informações ou documentos de inteligência com outros países sem o devido amparo em um ajuste internacional e, caso isso ocorra, a legislação em vigor é suficiente para sancionar atos dessa natureza.

Como adendo, lembro aos Senhores que existe, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que, dentre outras competências, pode receber e apurar denúncias sobre violações a direitos e garantias fundamentais praticadas por órgãos e entidades públicos, em razão de realização de atividade de inteligência e contrainteligência, apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sociedade.

Além da questão técnica apresentada, cabe ressaltar que a Constituição Federal é clara quando ao Presidente da República é dada competência privativa para "celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional". Assim, para alterar a sistemática constitucional e estabelecer a competência do Congresso Nacional para autorizar a celebração de tratados, acordos ou outros instrumentos que estabeleçam o compartilhamento de informações ou documentos de inteligência produzidos ou obtidos pelo Sistema





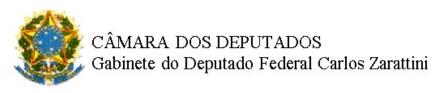












Brasileiro de Inteligência com outros países, seria necessária uma Emenda Constitucional.

Diante do exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei n° 3.082, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado CARLOS ZARATTINI Relator













